Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado constituída no país em agosto de 2010. Sua sede fica localizada na Rodovia CE 155, Km 02 - Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em Caucaia – CE com localização estratégica. A Construção da fábrica nessa região foi motivada pela redução dos custos logísticos, uma vez que cerca de 70% do potencial eólico brasileiro está há menos de 500 km da fábrica, e também pela proximidade com o Porto do Pecém, utilizado tanto para exportação de pás quanto para recebimento de insumos via importação ou cabotagem. A Companhia tem como objeto social a exploração de negócio de construção e comercialização de pás de rotores para turbinas na geração eólica de energia elétrica, a prestação de serviços relacionados a seu objeto social a terceiros, bem como a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

Os controladores finais da Companhia estão relacionados na Nota 13.

Complementando a oferta de pás para aerogeradores, a Companhia expandiu sua operação de prestação de serviços com a Aeris Service LLC EUA. Contando com corpo especializado de operação e engenharia, a empresta fornece serviços de manutenção de pás nos Estados Unidos e tem trabalhos em outros mercados, como na Argentina e México.

O suporte financeiro foi realizado com recursos dos acionistas e de terceiros. Os recursos dos acionistas foram realizados através do reinvestimento do lucro líquido nas atividades operacionais da Companhia. Os recursos de terceiros foram realizados através de financiamentos de longo prazo, a destacar a operação de financiamento com o BNB-FNE. A Companhia mantém relações com instituições financeiras de primeira linha e de credibilidade no mercado Nacional e Internacional, acreditam no crescimento da Companhia e no novo porte para os próximos exercícios.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria em 24 de agosto de 2020.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) <u>Demonstrações financeiras individuais</u>

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) <u>Demonstrações financeiras consolidadas</u>

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas com valores em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs e IFRSs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas críticas estão descritas na Nota 3.17.

2.4 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 9 de agosto de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Diretoria decidiu pela abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "B-3 Novo Mercado", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alteração (Instrução CVM nº 480).

Neste contexto, a Companhia está reapresentando suas demonstrações financeiras originalmente aprovadas pela Diretoria e emitidas em 28 de janeiro de 2020, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Foram necessárias a adequação e adição de determinadas divulgações visando atender exigência técnicas e aprimorar a qualidade e transparência da informação, tais como:

- Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, inclusão de nota explicativa sobre Investimento e apresentação do resultado de equivalência patrimonial em linha específica na Demonstração do resultado da controladora;
- Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado DVA;
- Apresentação de nota explicativa sobre segmento de negócio;
- Apresentação de lucro por ação;
- Apresentação de intrumentos financeiros derivativos em linha específica do balanço patrimonial;
- Adição de análise de sensibilidade à Nota explicativa de Instrumentos financeiros;
- Abertura de nota explicativa de "Outras receitas operacionais, líquidas";
- Reclassificação do saldo do incentivo fiscal SUDENE, na linha de "outras receitas" para apresentação líquida do valor da despesa com Imposto de renda;
- Inclusão de nota explicativa de partes relacionadas:
- Apresentação de saldo de adiantamento a Fornecedores dentro do grupo de contas de Estoque por se tratar de adiantamentos efetuados para aquisição de matérias primas. Anteriormente apresentado como outras contas a receber.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao custo amortizado.
- . Valor justo por meio do resultado

i. Mensurados ao custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

ii. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, com *swap* cambial e NDF's para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos para proteão da Companhia são reconhecidos ao valor justo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa, quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão ao seu valor realizável, se necessário.

A partir de 1º de janeiro de 2018, A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

A Companhia aplica reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.5 Estoques

Os estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor de custo do estoque inclui todos os custos de aquisição, que compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição e custo de transformação que incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas, como mão-de-obra direta, alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

Os custos de produção fixos são aqueles que permanecem relativamente constantes independentemente do volume de produção, tais como a depreciação e a manutenção de edifícios e instalações fabris, máquinas e equipamentos e os custos de administração da fábrica.

Os custos indiretos de produção variáveis são aqueles que variam diretamente, ou quase diretamente, com o volume de produção, tais como materiais indiretos e certos tipos de mão-de-obra indireta. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.6 Imobilizado

São apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado, custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo e os custos referentes aos períodos de teste dos ativos quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens as quais estão demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação %	Taxas anuais de depreciação %
	2019	2018
Máquinas e equipamentos (i)	6.15%	10%
Móveis	10%	10%
Hardware	20%	20%
Veículos	20%	20%
Edificações e benfeitorias	1,67%	1.73% a 4%
Instalações	10%	10%
Ferramentas	15%	15%

(i) A vida útil de máquinas e equipamentos foi ajustada em processo anual de revisão das vidas úteis em função da natureza de certos ativos da Companhia que vem se mostrando com vida útil superior ao anteriormente estimado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.7 Investimento em controlada

O investimento em controlada na controladora sé contabilizado pelo método de equivalência patrimonial sendo, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Isso ocorre mediante aceite final do cliente no produto, de acordo com as condições contratuais estabelecidas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou o IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma trouxe os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida de descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Custos diretamente relacionados aos contratos, que geram recursos usados no cumprimento do contrato e espera-se que sejam recuperados, são capitalizados como custos para cumprir um contrato a partir da adoção do IFRS 15/CPC 47, sendo incluídos nos ativos de contratos.

A Companhia reconhece a receita quando o "controle" de uma determinada operação é transferido ao cliente. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Venda de produtos

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance é cumprida pela Companhia e o produto encontra-se com todos os aspectos técnicos aprovados pelo cliente (aceite formal), para fins de transfencia de controle.

Prestação de serviços

Criada para atender às demandas dos clientes, a Aeris possui uma divisão especializada (Aeris Service), que se utiliza do conhecimento e infraestrutura na fabricação de pás, para oferecer ao mercado de O&M de aerogeradores, um serviço diferenciado.

Em 2018, a Aeris internacionalizou sua área de serviços constituindo a AERIS LLC localizada em Delaware-Texas-EUA com 100% de capital brasileiro. A empresa de serviços possui várias manutenções nos parques eólicos dos EUA.

Outras receitas

Os valores registrados como "Outras receitas" se referem, essencialmente, ao reconhecimento de baixa de adiantamento referente a honorários sobre contratos de clientes.

3.10 Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos, são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

<u>Tributos sobre compras:</u>

Compras, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre compras, exceto:

• Quando os tributos incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre compras é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Tributos sobre vendas:

 O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a recuperar ou a pagar no balanço patrimonial.

Descrição	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ICMS	Isento
IPI	0%
ISS	2%

O imposto ICMS sobre a venda da Pá através do NCM 8503.00.90 tem isenção pelo Convênio Confaz 101/97.

O acúmulo de créditos tributários na Companhia decorre de saídas incentivadas nas vendas para o mercado externo e de saídas isentas no mercado interno.

Os tributos (PIS e COFINS) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

O imposto IPI sobre a venda da Pás tem alíquota o% de acordo com seu NCM 8503.00.90 na tabela TIPI. As exportações são isentas dos tributos (PIS e COFINS) e não sofrem incidência dos impostos IPI e ICMS.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.11 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

A Companhia goza de benefícios fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, e durante a utilização dos benefícios fica a Companhia obrigada a constituir reserva de incentivo fiscal pelo montante equivalente ao imposto de renda não recolhido. O efeito do benefício apurado no período é reconhecido no resultado como receita de subvenção, deduzindo o valor do imposto de renda corrente gerado.

A Companhia também goza do benefício fiscal concedido pelo Governo do Estado do Ceará através do Orgão ADECE – FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial) com 75% do ICMS recolhido mensalmente e 100% do ICMS incidente nas importações de Matéria Prima e insumos para utilização no processo industrial.

3.12 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.13 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro ICPC 22 / IFRC 23

A nova interpretação, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 — Tributos sobre o Lucro quando os tratamentos fiscais são incertos, em virtude de quaisquer procedimentos fiscais adotados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, consequentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos.

A Empresa deve avaliar a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação a tratamentos fiscais de tributos sobre o lucro considerados como incertos e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência.

A Companhia não identificou impactos na aplicação do ICPC 22 / IFRC 23, após análises efetuadas.

3.14 Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

A Companhia não teve impactos em suas demonstrações financeiras pela adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, uma vez que a Companhia possui poucos contratos de leasing, todos considerados fora do escopo dessa nova norma por se tratar de contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.15 Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2020

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Consolidação

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

3.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que tem efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de créditos tributários

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado. A Companhia possui acúmulo de créditos tributários registrados no ativo, decorrente de saídas incentivadas nas vendas para o mercado externo e de saídas isentas no mercado interno.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração possui planos para a realização futura dos referidos créditos de ICMS, com algumas alternativas de realização que são consideradas atualmente: (i) compensação com outros tributos estaduais, de acordo com a legislação tributária vigente; (ii) comercialização dos créditos com terceiros, mediante anuência do Estado e; (iii) pedido de aprovação e ressarcimento, em espécie, dos referidos créditos tributários, junto às autoridades fiscais.

Vida útil do ativo imobilizado

A vida útil econômica dos bens integrantes do Ativo Imobilizado da Companhia foi estabelecida pela sua equipe técnica interna, especificamente os profissionais responsáveis pela produção e pela manutenção das instalações da Companhia.

Para isso, foram utilizadas as seguintes premissas:

- Planejamento de gastos com o imobilizado: política de substituição de máquinas, defasagem tecnológica dos bens e comparativos com a tecnologia utilizada pela concorrência, nível de obsolescência, etc;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto derivado do ativo;
- Condições de uso: instalações, umidade no ambiente, calor, poeira, sujeira;
- Avaliação do histórico e comparativo dos bens semelhantes, inclusive comparações com empresas do mesmo setor;
- Política de manutenção da Companhia visando salvaguardar os ativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado	
	2019 2018 2019	2018			
Recursos em caixa	39	71	42	76	
Recursos em banco	45.541	20.579	47.633	21.992	
Aplicações financeiras	18.027_	46.713	18.027	46.713	
	63.607	67.363	65.702	68.781	

As aplicações financeiras referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, classificados como custo amortizado, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI (100% do CDI em 2018).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Ativos financeiros

	2019	2018
Banco do Nordeste	13.097	10.454
Banco BBM		4.517
Banco Alfa		14.642
Banco do Brasil		3.005
	13.097	32.618

As aplicações financeiras do ativo circulante referem-se a instrumentos financeiros classificadas como mensuradas pelo custo amortizado. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI (100% do CDI em 2018). Conforme descrito na Nota 13, essas aplicações são mantidas como garantias de alguns empréstimos, e como são renovadas anualmente, são mantidas no ativo circulante, porém segregadas dos equivalentes de caixa, por possuírem um prazo de realização superior 90 dias.

6. Contas a receber de clientes e adiantamentos de clientes

	Contro	ladora	Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Venda de pás Prestação de serviços	87.768 	49.715 7.298	87.768 10.764	49.715 7.671
	95.614	57.013	98.532	57.386

A seguir demonstramos a composição da carteira de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Contro	Controladora		olidado
	2019	2018	2019	2018
A vencer entre um a 30 dias A vencer entre 31 a 60 dias	94.346 1.268	50.584 6.429	94.346 4.186	50.584 6.802
Trender office of a do and	95.614	57.013	98.532	57.386

A Companhia não constituiu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa pelo fato de todo o saldo a receber ter sido constituído em 2019 e não haver saldos vencidos de clientes com histórico ou qualquer expectativa de perda.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui um saldo de R\$ 102.571 (2018 - R\$ 36.845) de adiantamentos de clientes. Esses valores serão compensados em faturamentos futuros, geralmente próximos ao final de cada contrato. Como não há previsão formal de compensação em 2020, o saldo foi classificado no passivo não circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Estoques

	2019	2018
Matéria-prima	58.565	31.022
Adiantamento a Fornecedor	28.571	19.778
Produto em elaboração	44.311	15.573
Material auxiliar	13.213	9.591
Produto acabado	13.187	5.171
Material de manutenção	4.758	4.189
Material de segurança	1.417	826
Outros	3.237	2.561
	167.259	88.711

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R\$ 672.327 (2018 - R\$ 485.002).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia baseada na melhor estimativa não identificou itens obsoletos no saldo de estoque.

8. Impostos a recuperar

	2019	2018
ICMS (a) IPI (b) PIS (c)	60.836 8.802 3.286	50.676 6.812 434
COFINS (c) REINTEGRA (d) INSS	14.985 1.946 1.719	1.974 2.721 1.715
Outros tributos	91.857	725 65.05 7
Circulante Não circulante	35·575 56.282	14.381 50.676

(a) Os créditos de ICMS referem-se, basicamente, a créditos originados do pagamento do ICMS na aquisição de matéria prima para a produção, em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas.

A Companhia tem expectativa de recuperar referidos créditos integralmente, seja para compensar impostos em vendas no mercado interno, seja na aquisição de ativos imobilizados, venda para terceiros, ou até mesmo, através de pedido de ressarcimento em espécie ao Governo do Estado do Ceará, pois os créditos não expiram.

A Companhia estima que os mesmos sejam realizados no prazo máximo de 9 (nove) anos.

(b) Os créditos de IPI referem-se, basicamente, a créditos originados do pagamento do IPI na aquisição de matéria prima para a produção e estão sendo realizados de forma linear de acordo com a operação da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) O Crédito de PIS e COFINS é oriundo da compra de matéria prima para a Produção. Devido aos índices elevados de exportação em 2019, cerca de 70% do faturamento, a Companhia acumulou crédito no final do exercício. Sua realização se dará entre o primeiro e segundo semestre com o faturamento em mercado nacional do produto V150, com geração de débito de Pis e Cofins na sua apuração não cumulativa.
- (d) O Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) é um programa criado pelo governo para incentivar a exportação de produtos manufaturados. Seu objetivo é devolver de forma parcial ou integral o resíduo tributário existente na cadeia de produção de bens exportados.

9. Impostos e contribuições sociais diferidos

a) <u>Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota</u> efetiva vigente sobre esses impostos

		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	103.685	132.857
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(35.253)	(45.271)
Adições permanentes:	(3.157)	(2.164)
Despesas não dedutíveis	(3.157)	(2.164)
Exclusões permanentes:	2.084	3.458
Exclusões	2.084	3.458
Incentivos	19.005	22.965
Outros Ajustes:	1.670	5.559
Imposto de renda e contribuição social (corrente) e diferido no resultado do		(.()
período após adições/exclusões *34% Alíquota efetiva	(14.943) 14,41%	(16.207) 12,20%

Impostos diferidos ativos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda e contribuição social, que não possuem prazo prescricional. O crédito foi utilizado integralmente no exercício de 2018.

Incentivos

Conforme descrito na Nota 3.11, a Companhia goza de benefícios fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Imobilizado

			Con	troladora
		2019		2018
		Depreciação		
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado em andamento	27 514	_	97.514	0700
	37.514	-	37.514	3733
Máquinas e equipamentos	90.194	(15.536)	74.658	35901
Móveis	9.044	(2.860)	6.183	5455
Hardware	4.670	(2.679)	1.991	1686
Terrenos	21.789	-	21.789	13740
Veículos	1.896	(571)	1.325	765
Edificações e benfeitorias	177.970	(8.773)	169.196	97053
Instalações	47.221	(17.092)	30.129	35053
Ferramentas	1.563	(723)	839	913
Total	391.861	(48.235)	343.625	229.890

_			Co	nsolidado
		2019		2018
		Depreciação		
_	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado em andamento	37.514	-	37.514	3733
Máquinas e equipamentos	90.194	(15.536)	74.658	35901
Móveis	9.049	(2.860)	6.189	5.455
Hardware	4.670	(2.679)	1.991	1686
Terrenos	21.789	-	21.789	13740
Veículos	1.896	(571)	1.325	765
Edificações e benfeitorias	177.970	(8.773)	169.196	97053
Instalações	47.221	(17.092)	30.129	35053
Ferramentas	1.881	(723)	1.158	913
Total	390.288	(48.235)	343.985	194.299

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

				Co	ntroladora	ı					
	Imobilizado em andamento	Máquinas e equipamentos	Móveis	Hardware	Terrenos	Veículos	Edificações e benfeitorias		Ferramentas	Adiantamento para aquisição de imobilizado	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.412	32.346	5.387	1.700	13.740	279	97.586	38.793	464	30.213	221.920
Adições	3.514	6.895	644	495		605	1.101	982	399		14.635
Depreciação		(3.907)	(729)	(509)		(119)	(1.683)	(4.861)	(232)		(12.040)
Baixas			(3)							(30.213)	(30.216)
Transferências	(1.193)	567	156				49	139	282		
Em 31 de dezembro de 2018	3.733	35.901	5-455	1.686	13.740	765	97.053	35.053	913	-	194.299
Adições	35.212	51.239	1.560	923	8.049	828	73.772	18	205		171.806
Depreciação		(3.331)	(795)	(655)		(268)	(2.406)	(4.867)	(280)		(12.602)
Baixas		(9.850)	(18)	(10)							(9.878)
Transferências	(1.431)	699	(19)	47			777	(75)	2		
Em 21 de dezembro de 2010	97.514	74.658	6.182	1.001	21.780	1.995	160.106	20.120	840	_	242 625

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Con	nsolidado						
	Imobilizado em andamento	Máquinas e equipamentos	Móveis	Hardware	Terrenos	Veículos	Edificações e benfeitorias	Instalações	Ferramentas	Adiantamento para aquisição de imobilizado	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.412	32.346	5.387	1.700	13.740	279	97.586	38.793	464	30.213	221.920
Adições	3.514	6.895	644	495		605	1.101	982	399		14.635
Depreciação		(3.907)	(729)	(509)		(119)	(1.683)	(4.861)	(232)		(12.040)
Baixas			(3)							(30.213)	(30.216)
Transferências	(1.193)	567	156				49	139	282		
Em 31 de dezembro de 2018	3.733	35.901	5.455	1.686	13.740	765	97.053	35.053	913	-	194.299
Adições	35.212	51.279	1.566	923	8.049	828	73.772	18	546		172.193
Depreciação		(3.335)	(796)	(655)		(268)	(2.406)	(4.867)	(302)		(12.629)
Baixas		(9.850)	(18)	(10)							(9.878)
Transferências	(1.431)	699	(19)	47			777	(75)	2		
Em 31 de dezembro de 2019	37.514	74.694	6.189	1.991	21.789	1.325	169.196	30.129	1.158	-	343.985

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, e taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o seu fluxo de caixa futuro.

Durante 2019, o Grupo capitalizou custos de empréstimos no valor de R\$ 3.127.

A Companhia não tem nenhum bem dado em garantia relacionado a empréstimos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Fornecedores

		Controladora	Cor	<u>ısolidado</u>
	2019	2018	2019	2018
No país	70.640	16.975	70.640	16.975
No exterior	45.940	12.639	45.989	12.643
	116.580	29.614	116.629	29.618

O saldo a pagar no final do exercício de 2019 refere-se principalmente à compra de matéria-prima e materiais auxiliares a produção.

12. Empréstimos e financiamentos

	Moeda original	Modalidade	Taxa de juros	2019	2018
	Original	Mouanuaue	Taxa de juros	2019	2016
Banco do Nordeste	Reais	Financiamento	10% a.a. (**)	94.867	62.264
Banco do Nordeste	Reais	FINIMP Moeda	2,5% a.a. + Variação	17.717	
Banco JP Morgan	Dólar	estrangeira	CDI (*)		42.443
Banco Votorantim	Reais	CCE	CDI + 3,5% a.a.	42.592	35.465
Banco BNDES	Reais	Financiamento	TJLP + 5%	25.404	32.600
Banco ABC	Reais	CCE	CDI + 3,5% a.a.	27.932	30.393
		Moeda			
Banco Itaú	Dólar	estrangeira	CDI + 2,95% a.a (*)	31.555	30.199
FINEP	Reais	Financiamento	7% a.a.	22.213	28.056
Banco CitiBank	Reais	CCE	CDI + 3,5% a.a.	50.291	20.259
Banco BCG	Reais	CCE	CDI + 3,5% a.a.	13.965	15.196
Banco do Brasil	Reais	Giro	4,38% a.a.	30.422	10.040
Banco Santander	Reais	Giro	CDI + 2,10% a.a.	<u> 19.517</u>	
				376.477	306.915
Circulante				184.650	73.073
Não circulante				191.827	233.893
				376.477	306.915

^(*) Referente à operação financeira com swap cambial

^(**) Não considera o bônus de adimplência de 25% de acordo com o regulamento do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir demonstramos a movimentação de empréstimos e financiamentos no período:

		Não	
	Circulante	circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	87.290	193.351	280.641
Captação de empréstimos	82.328	174.133	256.461
Juros e variação cambial	29.213	21.213	50.427
Amortização de principal	(153.468)	(79.938)	(233.406)
Amortização de juros	(26.662)	(20.546)	(47.208)
Transferência	54.321	(54.321)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	73.022	233.893	306.915
Captação de empréstimos	182.497	42.845	225.342
Juros e variação cambial	32.947	298,34	33.245
Amortização de principal	(78.900)	(79.853)	(158.753)
Amortização de juros	(30.272)	-	(30.272)
Transferência	5.356	(5.356)	_
Saldos em 31 de dezembro de 2019	184.650	191.827	376.477

A seguir demonstramos o cronograma de desembolsos financeiros:

	2019	2018
2019		73.073
2020	184.562	48.073
2021	62.282	14.551
2022	49.436	51.617
2023 em diante	80.197	119.652
	376.477	306.915

Garantias financeiras

A seguir demonstramos as garantias dos empréstimos e financiamentos vigentes:

	2019	2018
Tipo de garantia		
Cessão fiduciária de cotas do fundo de investimento	-	43.864
Aval pessoa física	25.404	10.041
Aplicações financeiras	13.097	13.459
Carta fiança	5.283	15.646
	43.784	83.010

Cláusulas restritivas

A Companhia possui alguns contratos de financiamento que preveem cláusulas de vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimentos de determinadas exigências contratuais. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia cumpriu todas essas exigências.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Patrimônio líquido

i. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social era de R\$ 36.183 e estava composto da seguinte forma (em unidades):

	2019	2018
ON - Ações ordinárias nominativas	609.670.554	609.670.554
	609.670.554	609.670.554

Quantidade de Ações

Quantidade de Ações					
Nome do acionista	ON	% ON			
Alexandre Funari Negrão	463.349.621	76,0%			
Alexandre Sarnes Negrão	30.483.527	5,00%			
BV Consultoria Empresarial Eireli	18.290.117	3,00%			
Bruno Lolli	13.717.587	2,25%			
Cassio Cancela e Penna	13.717.587	2,25%			
Daniel Henrique da Costa Mello	13.717.587	2,25%			
Vitor de Araujo Santos	13.717.587	2,25%			
Gisela Sarnes Negrão Assis	12.193.412	2,00%			
Fernanda Sarnes Negrão	12.193.412	2,00%			
Marcio José Marzola	12.193.412	2,00%			
Luiz Henrique Thonon	6.096.706	1,00%			
Total	609.670.554	100%			

As ações são classificadas da seguinte maneira:

ON - Ações ordinárias nominativas;

As ações são indivisíveis em relação à Companhia e, cada ação, ordinária ou preferencial, confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais.

A Companhia poderá, até o limite máximo permitido em lei, emitir ações preferenciais, com ou sem direito a voto, em uma ou mais classes, mesmo que mais favorecidas do que as anteriormente existentes, fixandolhes as respectivas preferências e vantagens.

A emissão de ações preferenciais, com ou sem direito de voto, ou o aumento de classes existentes sem guardar proporção com as demais espécies e classes não ensejarão aos acionistas dissidentes o direito de retirada a que se refere o artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

As ações preferenciais de emissão da Companhia conferirão aos seus titulares os seguintes direitos:

As ações preferenciais nominativas de classe "D", sem valor nominal, conversíveis em ações ordinárias e resgatáveis, conferirão aos seus titulares prioridade principal na distribuição dos dividendos com relação às ações preferenciais nominativas de classes "A" e "B" e às ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, e em igualdade de condições com as ações preferenciais nominativas de classe "C" de emissão da Companhia, e dividendos fixos e cumulativos, devidos e calculados sobre o preço de sua emissão, definidos pelo equivalente a 100% (cem por cento) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), adicionado de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano. As ações preferenciais nominativas de classe "D" serão resgatáveis pela Companhia, a qualquer tempo, mediante requerimento pelo acionista detentor de tais ações, pelo valor de subscrição de tais ações, conjuntamente com eventuais dividendos fixos e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cumulativos devidos e ainda não pagos. A Companhia até 31 de dezembro de 2019 e 2018 não emitiu ações dessa natureza.

Ademais, as ações preferenciais classe "D" serão conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia; o número de ações ordinárias a serem emitidas em razão da conversão será calculado considerando-se (i) o preço de emissão das ações preferenciais classe "D" e qualquer dividendo fixo e cumulativo devido até a data de conversão calculado *pro rata die*; e (ii) o valor patrimonial das ações da Companhia, apuradas conforme balanço patrimonial levantado com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da conversão.

ii. Ações em tesouraria

Durante o exercício de 2018, houve cancelamento das ações em tesouraria, que haviam sido emitidas em 2017 para compra de terreno pelos acionistas, através de emissão de ações preferenciais. Vide Nota 10.

iii. Destinação dos lucros

Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social da Companhia; De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito como dividendo mínimo obrigatório 1% (um por cento) dos lucros líquidos da Companhia na proporção de suas respectivas participações na forma de dividendo obrigatório; O saldo remanescente do lucro líquido apurado será alocado conforme for decidido pelos acionistas em assembleia geral, observado o disposto no artigo 24 do Estatuto.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia.

Distribuição de dividendos

No ano de 2019, foi aprovado pelos acionistas a distribuição de dividendos no montante de R\$ 44.371 (2018 – R\$ 58.325), dos quais até 31 de dezembro de 2019, R\$ R\$ 39.613 (2018 - R\$ 49.437) haviam sido pagos e R\$ 4.758 (2018 - R\$ 8.888) estavam provisionados no passivo circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Receita operacional líquida

	Controladora		(Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Receita bruta					
Venda de produtos	825.986	674.298	825.986	674.298	
Prestação de serviços	19.807	7.088	35.312	7.461	
	845.793	681.386	861.298	681.759	
Deduções					
Impostos sobre as vendas (a)	(24.863)	(33.852)	(24.863)	(33.852)	
Impostos sobre serviços	(2.176)	(701)	(2.176)	(701)	
	(27.039)	(34.553)	(27.039)	(34.553)	
Receita operacional líquida	818.754	646.833	834.259	647.206	

⁽a) A tributação sobre vendas está sendo demonstrada no item 3.10 das políticas contábeis.

15. Custos dos produtos vendidos

	Co	Controladora		onsolidado
	2019	2018	2019	2018
Custo de materiais	(491.626)	(342.546)	(492.884)	(342.555)
Pessoal	(121.948)	(96.692)	(130.975)	(96.959)
Depreciação e amortização	(12.428)	(11.330)	(12.455)	(11.330)
Utilidades	(16.141)	(13.786)	(16.202)	(13.786)
Serviços prestados	(9.985)	(10.291)	(10.005)	(10.291)
Aluguéis	(4.205)	(4.352)	(4.695)	(4.352)
Outros	(15.995)	(6.005)	(18.917)	(6.007)
	(672.327)	(485.002)	(686.132)	(485.280)

16. Despesas, com vendas, gerais e administrativas

	Co	Controladora		onsolidado	
	2019	2018	2019	2018	
Pessoal	(32.344)	(19.928)	(34.478)	(20.171)	
Serviços prestados	(4.556)	(3.465)	(4.930)	(3.517)	
Depreciação e amortização	(963)	(833)	(963)	(833)	
Despesas com viagem	(6.334)	(5.458)	(6.334)	(5.568)	
Aluguéis	(363)	(181)	(499)	(235)	
Utilidades	(1.297)	(1.394)	(1.333)	(1.397)	
Outros	(949)	(732)	(1.222)	(848)	
	(46.806)	(31.991)	(49.759)	(32.569)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas 17.

	2019	2018
Receitas de fase de testes (i)	32.342	28.199
Resultado na venda de ativos	8.710	-
Recuperação de Impostos	_	6.011
Outras receitas	752	617
Despesas com garantia	(2.005)	(990)
Doações (ii)	(1.017)	(875)
Outras despesas	(1.479)	(969)
	37.304	31.994

- (i) Receita proveniente de início de contrato de desenvolvimento de projetos.
- (ii) Doações Lei Rouanet/FCAD/IDOSO/ESPORTE.

Resultado financeiro 18.

	Co	ntroladora	Consolida		
	2019	2018	2019	2018	
Despesas financeiras					
Instrumentos financeiros derivativos	(48.623)	(41.985)	(48.623)	(41.985)	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(40.929)	(32.008)	(40.929)	(32.008)	
Outros	(1.498)	(601)	(1.679)	(610)	
	(91.050)	(74.594)	(91.231)	(74.603)	
Receitas financeiras					
Instrumentos financeiros derivativos	48.405	39.184	48.405	39.184	
Rendimento de aplicações financeiras	3.612	3.407	3.612	3.407	
Outros	7.439	3.695	7.505	3.695	
	59.456	46.286	59.522	46.286	
Resultado financeiro	(31.595)	(28.308)	(31.709)	(28.317)	

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

	2019	2018
Mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	63.607	67.363
Ativos financeiros	13.097	32.618
Contas a receber de clientes	95.614	57.013
Outras contas a receber	22.594	18.608
Fornecedores	116.580	29.614
Empréstimos e financiamentos	376.477	306.915
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	1.093	1.345

Mensuração

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- . Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- . Nível 2 informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- . Nível 3 informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 1. Apenas os instrumentos financeiros derivativos classificam-se no Nível 2, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 1.093 e cujos vencimentos são de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Fatores de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco cambial e taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A diretoria financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

Riscos de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente dos saldos a receber com cada cliente.

Riscos de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia são advindas de empréstimos tomados com instituições financeiras com vencimento de longo prazo e realização da venda de seus produtos.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm da necessidade do pagamento de matéria-prima para produção, das despesas operacionais, despesas com salários e outros desembolsos operacionais.

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos está apresentado na Nota 13.

Risco de mercado

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, decorrentes dos empréstimos tomados nos exercícios de 2019 e 2018.

A Companhia avalia a contratação de operações *swap* para mitigar esses riscos. A Administração optou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pela contratação de *swap* cambial e NDF's com o objetivo de eliminar integralmente o efeito da variação cambial sobre a dívida de USD7.692.308 com o Banco CitiBank S.A., Banco Itaú EUR 6.659.710 e Votorantim USD 2.543.558

Tal instrumento a valor de mercado em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 1.092.757 (R\$ 1.346.376 em 31 de dezembro de 2018) e tem vencimento na mesma data dos referidos financiamentos.

A seguir demonstramos a exposição cambial da Companhia:

	2019	2018
	·	(US\$)
Saldos indexados em dólares		
Empréstimos e financiamentos	17.681	18.189
Fornecedores no exterior	7.346	3.262
Contratos de <i>swap</i>	(18.252)	(18.747)
Posição líquida	6.775	2.704

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade cambial

Análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. São apresentados o cenário provável (cenário base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto). O cenário provável foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e publicações BC Focus).

Os cálculos estimados pela Administração da Companhia estão refletidos no cenário provável, conforme tabela abaixo:

2019		Cenári	Cenário Provável		Cenário Possível - 25%		Cenário Remoto - 50%		
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado
Posição Ativa	USD	4,03	73.568	4,10	1.265	5,13	19.973	6,15	38.681
Posição Passiva	USD	4,03	(100.876)	4,10	(1.734)	5,13	(27.387)	6,15	(53.040)
Exposição líquida			(27.308)		(470)		(7.414)		(14.358)

	2018		Cenário	Cenário Provável		Cenário Possível - 25%		Cenário Remoto - 50%	
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado
Posição Ativa	USD	3,87	72.641	3,75	(2.340)	4,69	15.236	5,63	32.811
Posição Passiva	USD	3,87	(83.118)	3,75	2.677	4,69	(17.433)	5,63	(37.544)
Exposição líquida			(10.447)		337		(2.198)		(4.733)

Riscos da taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos e passivos financeiros tem os seguintes valores:

	2019	2018
Taxa variável – CDI	·	
Ativos financeiros	28.957	79.331
Passivos financeiros	(215.183)	(182.650)
	(186.226)	(103.319)

Análise de sensibilidade à taxa de juros

Análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. São apresentados o cenário provável (cenário base) e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mais dois cenários, nos termos determinados pela Instrução CVM n^o 475/08, representando a deterioração da variável de risco em 25% (possível) e 50% (remoto). O cenário provável foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado (B3 e publicações BC Focus).

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar, indicando a deterioração na situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de juros, sobre a parcela de empréstimos e financiamentos afetada abaixo:

2019		Cenário Provável		Cenário Possível - 25%		Cenário Remoto - 50%				
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	
Posição Ativa	CDI	4,40%	28.957	4,40%	-	5,50%	7.239	6,60%	14.479	
Posição Passiva	CDI	4,40%	(215.183)	4,40%		5,50%	(53.796)	6,60%	(107.592)	
Exposição líquida	•		(186.226)		-		(46.557)		(93.113)	

2018		Cenári	Cenário Provável		Cenário Possível - 25%		Cenário Remoto - 50%		
	Fator de Risco	Taxa média a.a.	Valores expostos	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado	Taxa média a.a	Efeito no resultado
Posição Ativa	CDI	6,40%	79.331	6,40%	-	8,00%	19.833	9,60%	39.666
Posição Passiva	CDI	6,40%	(182.650)	6,40%	-	8,00%	(45.663)	9,60%	(91.325)
Exposição líquida			(103.319)				(25.830)		(51.660)

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

		Consolidado
	2019	2018
Total dos empréstimos (Nota 12) (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) (-) Ativos financeiros (Nota 5) Dívida líquida	376.477 (65.702) (13.097) 297.678	306.915 (68.781) (32.618) 205.516
Total do patrimônio líquido – Nota 13	174.210	129.839
	471.888	335.355
Índice de alavancagem financeira - %	63%	61%

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

20. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos trabalhistas, decorrentes do curso normal das operações. Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos e econômicos, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Companhia.

Em 2019, os processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível são de R\$ 6.004, não provisionados, referentes a causas de natureza trabalhista. Não há causas com risco provável de perda.

21. Partes Relacionadas

A Companhia mantém transações e saldos com partes relacionadas, das quais destacamos:

Ativo circulante	Operação	2019	2018
Direito com Partes	•		
Relacionadas (i)	Mútuo	1.408	7.620
Mutuo Aeris LLC (ii)	Mútuo	2.768	-
Total	_	4.176	7.620

- (i) Mútuo entre Partes Relacionadas conforme contratos assinados em 2017. O saldo de R\$ 1.408 será recebido das partes no primeiro semestre de 2020;
- (ii) Mútuo entre a empresa Coligada EUA conforme contrato assinado. O saldo de R\$ 2.768 será recebido das partes no primeiro trimestre de 2020.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Remuneração do pessoal Chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui a Diretoria e Conselho de Administração. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços prestados, está apresentada a seguir:

	2019	2018
Salários e outros Benefícios de Curto Prazo, a Administração	14.383	5.403

22. Investimento em controlada

O investimento, iniciado no exercício de 2018, se refere a expansão da operação de prestação de serviços de manutenção de pás nos Estados Unidos, com a controlada direta Aeris Service LLC EUA, na qual a Companhia possui 100% de participação e cuja operação ainda está em fase inicial, sem apuração de resultados operacionais positivos, e ainda necessitando de investimentos dos acionistas, mas já é referência local de prestação de serviços no seu segmento.

	2019	2018
Investimento em controlada	2.537	1.798
Total	2.537	1.798
Movimentação do investimento		

A Companhia possui investimento em controlada, cujas movimentações estão descritas a seguir:

2019	2018
1.798	-
2.107	2.290
(1.368)	(492)
2.537	1.798
	2.107 (1.368)

(a) A Companhia efetuou em sua controlada 2 aportes para dar seguimento no projeto de serviços de manutenção de parques eólicos em The Woodlands – Texas.

Informações da controlada

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Participação -				Patrimônio	(Prejuízo do
Ano	%	Ativo	Passivo	líquido	exercício)
2019	100	66.114	66.114	2.537	(1.349)
2018	100	1.822	1.822	1.798	(483)

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Informações sobre segmento de negócios

A determinação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada em sua estrutura de Governança Corporativa que divide o negócio em: Produção de Pás para aerogeradores e Serviço de Manutenção de Pás para aerogeradores. No entanto, o segmento de serviços de manutenção ainda não tem representatividade relevante no contexto de Negócios da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, esse tipo de operação representava apenas 2,4% do seu faturamento liquido

Nesse contexto, todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são tomadas em bases consolidadas.

24. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui programa de gerenciamento com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Seguros	Cobertura
Empresarial	177.000
Responsabilidade civil	40.000

O escopo do trabalho de nossos auditores independentes não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura, a qual foi determinada pela Administração da Companhia.

25. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

(a) Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

		Consolidado	
	2019	2018	
Valor contábil líquido (Nota 10) Lucro (prejuízo) da alienação de imobilizado	9.878	30.216 (30.21 <u>3</u>)	
Valores recebidos na alienação de imobilizado	9.878	3	

(b) Transações que não afetaram caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, os valores de adições de imobilizado e captações de empréstimos estão líquidos de juros capitalizados no período, R\$ 3.127 em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Lucro por ação

(a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores, o que não tem diferenças em 31 de dezembro de 2019, uma vez que a Companhia possui apenas uma categoria de ações.

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	88.742 609.671	116.650 609.671
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,1456	0,1913

27. Eventos subsequentes

Pandemia COVID -19

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global.

A Companhia vem monitorando os desdobramentos desse surto no país com o objetivo de preservar a segurança de seus colaboradores, manter a produção e entrega dos seus compromissos contratuais com clientes e mapear os reflexos dessa pandemia em seus negócios. Nesse sentido a Companhia tomou as seguintes ações desde o início da pandemia.

Principais ações:

- Todas as viagens internacionais estão suspensas;
- Todas as viagens nacionais de avião estão suspensas;
- Devem ser priorizadas reuniões por vídeo chamada ou telefone. Só devem ser realizadas de forma
 presencial reuniões indispensáveis para o andamento da operação. Nesses casos, limitar ao
 máximo o número de participantes priorizando a distância de 2 metros entre os presentes no
 ambiente;
- Todas as salas de reuniões devem permanecer com as janelas e ou portas abertas;
- Reuniões presenciais devem ocorrer com um espaçamento mínimo de 01 cadeira entre os participantes e não deve ultrapassar 15 pessoas na sala;
- Serão mantidos, somente treinamentos obrigatórios que atenderá um novo formato de quantidade e distribuição nas salas, obedecendo a distância mínima de 02 metros entre os participantes. Deve-se seguir a convocação enviada pela área de Gente.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia entende que o seu balanço patrimonial, o resultado de suas operações, seus fluxos de caixa e valores adicionados não devem ser afetados de forma significativa durante o exercício de 2020. Além disso, a administração ratifica que, até a presente data, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas suas estimativas contábeis adotadas.

Expansão de planta frabil

A Companhia adquiriu, em julho de 2020, um terreno e algumas estruturas de galpões para expansão da fabricação de pás eólicas. O referido ativo possui características semelhantes ao da Companhia, por atender anteriormente o mesmo segmento e está localizado no complexo industrial do Pecém.

Novo contrato de venda

Em julho de 2020, foi assinado um novo contrato com a WEG S.A., uma das maiores fabricantes de produtos elétricos do mundo. Em seu segundo contrato, a WEG contará com pás da nova geração de 72m com potência nominal de 4.2MW por turbina.

Composição da Diretoria

Alexandre Sarnes Negrão

Presidente

Bruno Vilela Cunha Diretor Comercial

Márcio José Marzola

Diretor Administrativo Financeiro

Bruno Lolli

Diretor de Planejamento

Daniel Henrique da Costa Mello

Diretor Industrial

Sandra Karla Rodrigues Coutinho Contadora CRC-CE-015141/O-0 Gianna Karla Batista da Rocha Cunha

Diretora de Gente e Gestão

Cássio Cancela e Penna Diretor de Operações

Vitor de Araújo Santos Diretor de Operações

Marcos Eidi Hatori Diretor de Qualidade